

CONCURSO PÚBLICO PARA BACHARÉIS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS PROVAS À LUZ DA TAXONOMIA DE BLOOM

PUBLIC TENDER FOR BACHELORS IN ACCOUNTING SCIENCES IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF THE EVIDENCE IN LIGHT OF BLOOM'S TAXONOMY

Lorena Dantas Lara¹
Universidade Federal de Goiás
lorennalara@gmail.com

Ednei Morais Pereira
Universidade Federal de Goiás
ednei@ufg.br

RESUMO

A tendência de preferência para carreira pública, também foi demandada por contadores (RÊGO e ANDRADE, 2010) e diante da exigência de julgamentos técnicos trazidos pela convergência contábil no Brasil, este trabalho objetivou verificar, sob a perspectiva da Taxonomia de Bloom, o nível de habilidade cognitiva das questões de contabilidade societária exigidas nas provas de concurso públicos para bacharéis em Ciências Contábeis, entre os anos de 2010 e 2014. A Taxonomia de Bloom dividiu o conhecimento em seis níveis básicos de cognição: 1-conhecimento, 2-compreensão, 3-aplicação, 4-análise, 5-síntese e 6-avaliação. Coletou-se 58 provas no período compreendido na pesquisa, que totalizou 750 questões de contabilidade societária, que foram classificadas de acordo com os níveis de habilidade cognitivas de Bloom e analisadas pela correlação de *Sperman*. A maioria das questões (85%) requereram dos candidatos habilidades de compreensão e aplicação (níveis 2 e 3 respectivamente). Concluiu-se, que os cargos de contador que possuem maior remuneração, nas três esferas de governo tendem a não exigir questões de contabilidade societária com os níveis 4, 5 e 6 de habilidade cognitiva.

Palavras-chave: Concurso público; Taxonomia de Bloom; Convergência contábil; Contador

ABSTRACT

The trend of preference for public career was also demanded by accountants (RÊGO and ANDRADE, 2010) and faced with the demands of technical judgments brought by accounting convergence in Brazil, this work aimed to verify, from the perspective of the Bloom Taxonomy, the level of Cognitive ability of the corporate accounting issues required in the public competitive examinations for bachelors in Accounting Sciences between the years 2010 and 2014. Bloom's Taxonomy divided knowledge into six basic levels of cognition: 1-knowledge, 2-understanding, 3 -application, 4-analysis, 5-synthesis and 6-evaluation. We collected 58 evidence in the period covered by the survey, which totaled 750 corporate accounting issues, which were classified according to Bloom's cognitive ability levels and analyzed by Sperman's correlation. Most of the questions (85%) required comprehension and application skills (levels 2 and 3 respectively). It was concluded that higher-paying accountant positions in the three levels of government tend not to require corporate accounting issues with levels 4, 5 and 6 of cognitive ability.

Keywords: Public tender; Bloom taxonomy; Accounting convergence

¹ Avenida Antônio Fidelis Qd. 104, Condomínio Vivaz Apartamento 1801 C, Parque Amazônia, Goiânia-GO, CEP: 74840-090

1. INTRODUÇÃO

Entender as tendências dos critérios de seleção é um quesito para os profissionais que se dedicam à elaboração de materiais didáticos e coordenam cursos preparatórios para concursos públicos. Segundo a publicação no Valor Econômico (2009) havia no país em 2009, mais de 500 cursos preparatórios em todo o país. Entre os principais grupos estavam a carioca Academia do Concurso, as paulistas LFG, Damásio de Jesus e Central de Concursos, além das mineiras Praetorium e Orville Carneiro e a paranaense Aprovação, que junto a outras marcas regionais, possuíam cerca de três milhões de alunos. Segundo a Revista Congresso em Foco (2013), cerca de 13 milhões de pessoas preparavam-se para ingressarem no serviço público e o mercado das empresas que investem na capacitação de candidatos movimentava pelo menos R\$ 50 bilhões por ano. Corrobora a informação, Revista Isto É (2014), que informou que 12 milhões de pessoas, com até 35 anos, estariam se preparando para conseguir uma das 130 mil vagas oferecidas em 2014 e mais de 180 mil que seriam oferecidas em 2015 em todo o país.

O interesse no ingresso no setor público foi pesquisado por Fontoura (2010), que entrevistou servidores públicos da Receita Federal do Brasil (RFB), lotados na Delegacia Sul, pertencente à 10ª Região Fiscal da Receita Federal. Foi perguntado a eles como haviam se interessado por ingressar no setor público e o que mais chamava sua atenção no trabalho. A pesquisa identificou algumas semelhanças entre as respostas como: a influências de familiares e amigos, a decepção com as condições de trabalho com empregos anteriores (ritmo de trabalho, horário, instabilidade do mercado de trabalho) e também a insatisfação com a remuneração recebida. A pesquisa ainda apontou que o emprego público foi visto como possibilidade de mudar de carreira, de garantia de melhores condições de trabalho e de remuneração em início de carreira, além do fato de que o ingresso é baseado no mérito do candidato.

Em relação a esse interesse ingresso no setor público, Rêgo e Andrade (2010) observaram que 37,79% dos egressos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, optaram pela área contábil com a intenção de, posteriormente, ingressarem em atividades que requerem a prestação de concurso público, devido à estabilidade e às boas oportunidades de ascensão profissional. Forbeci (2012), também, apresentou resultados de uma pesquisa que objetivou apontar os motivos que levaram os alunos a escolherem o Curso de Ciências Contábeis e demonstrou que 49% dos alunos pretendiam prestar concurso público após terminarem sua graduação. Schmidt et al (2012) destacaram em sua pesquisa que 40% dos alunos de uma Universidade Federal da Região Sul do Brasil possuíam preferência para

ingresso na carreira pública na área contábil, e 15% pretendiam fazer concurso público em qualquer área.

Sendo a área pública um dos mercados de trabalho buscados por quem possui formação em Ciências Contábeis, há no país, segundo dados do sítio PCI Concursos (2014), cargos públicos disponíveis para analista: judiciário, organizacional, de planejamento, de controle, fazendário; assessor contábil; auditor: fiscal, de estado e de controle externo; contador; consultor: governamental e fazendário; perito criminal; oficial de inteligência; gestor governamental; pesquisador; professor; e técnico: de nível superior e de administração e finanças. Todas essas atividades desempenhadas por contadores, passam pelo critério da análise, do julgamento e crítica à luz dos ensinamentos contábeis, conforme na descrição de suas funções em seus editais de seleção.

Nessa perspectiva os ensinamentos contábeis, após o processo de convergência contábil ocorrido no Brasil com a promulgação da Lei 11.638/07, que alterou a Lei 6.404/76, passaram a contemplar uma exigência de maior nível de habilidade cognitiva dos profissionais contábeis para acompanhar as mudanças trazidas pelas *International Financial Reporting Standards* (IFRS), que tornou imprescindível para a sua sobrevivência no mercado de trabalho. Houve uma transformação na profissão e as IFRS proporcionaram o aumento da responsabilidade e deixou para trás a ideia de que os contadores são meros registradores das operações de uma empresa. (PRETTO, 2011).

Tais mudanças foram, especialmente, à avaliação dos itens patrimoniais e à reestruturação do grupo patrimônio líquido, com ênfase à essência sobre a forma e ao conceito de valor justo, visando retratar a realidade econômica das entidades (SANTOS et al, 2010). A convergência trouxe profundas transformações na contabilidade, especialmente na contabilidade societária, e também no perfil dos seus profissionais e em seu currículo disciplinar (SHIMAMOTO; REIS, 2010).

Devido as funções dos cargos de nível superior, dos concursos citados, exigirem determinadas habilidades cognitivas em seu desempenho, as provas dos concursos podem requerer tais habilidades. Essas habilidades podem ser medidas de acordo com a Taxonomia de Bloom, criada em 1948 por um grupo de psicólogos liderados por Benjamim Bloom, dividiu o conhecimento em níveis de aquisição, que configuram um processo de conhecimento cumulativo, no qual uma categoria inferior dá o suporte para a categoria superior, como se fossem degraus de uma escada. A Taxonomia de Bloom classificou os conhecimentos nos

seguintes níveis: 1. Conhecimento; 2. Compreensão; 3. Aplicação; 4. Análise; 5. Síntese; 6. Avaliação. (SANTANA JUNIOR; PEREIRA; LOPES, 2008).

Santana Júnior et. al (2008) verificaram, utilizando a Taxonomia de Bloom, a tendência das habilidades cognitivas requeridas, quando da demanda por profissionais contadores pela Administração Direta e Indireta da União. Utilizando-se da análise das questões de algumas provas de concursos entre os anos de 1999 e 2006, tentando evidenciar o perfil de desempenho intelectual exigido nas provas e concluíram que as seleções não atendem o papel abrangente requerido pelos desafios impostos pelos cenários econômico e tecnológicos globalizados.

Nesse contexto, ao analisar os editais percebeu-se que as atividades de análise, planejamento, supervisão, estudo e avaliação permearam as atribuições dos cargos citados, anteriormente. E diante da convergência contábil no Brasil, das mudanças significativas na contabilidade societária, da necessidade de um profissional contábil que acompanhasse essas mudanças trazidas pela normativa legal e, considerado o mercado profissional da administração pública, o problema desta pesquisa é: Qual o nível das habilidades cognitivas da Taxonomia de Bloom requeridas em questões de contabilidade societária nas provas de concursos públicos para bacharéis em Ciências Contábeis, entre os anos de 2010 e 2014? O objetivo do trabalho foi verificar, sob a perspectiva da Taxonomia de Bloom, o nível de habilidade cognitiva das questões de contabilidade societária exigidas nas provas de concurso públicos para bacharéis em Ciências Contábeis, entre os anos de 2010 e 2014.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Convergência Contábil no Brasil

O processo de convergência contábil no Brasil foi tratado por diversos autores, que se preocuparam: com os principais impactos advindos com a Convergência Contábil e o processo de harmonização das Normas Brasileiras de Contabilidade com as normas Internacionais (SHIMAMOTO, DOS REIS, 2010; MEDEIROS, 2011; ANTUNES et. al, 2012; HOPFNER, BUENO, 2013); com a percepção dos profissionais de Contabilidade no tocante ao processo de convergência às normas internacionais contábeis (GUIMARÃES et al, 2011; FERREIRA et al, 2013) e com a relevância das informações contábeis antes e depois do início do processo de convergência para as normas internacionais de contabilidade no Brasil (LIMA, 2010).

No Brasil, o processo de convergência às normas internacionais teve início na década de 1990, quando foram criadas três comissões de especialistas para rever e recomendar

possíveis alterações nas Leis 6.385/76 e a 6.404/76. Após a criação do anteprojeto, a proposta da formulação das normas contábeis passou a integrar o projeto de Lei 3.471/2000 (Ferreira, 2013). Explicam Dantas et. al (2010), que nos anos 2000, os esforços para a convergência contábil apresentaram alguns fatos marcantes, tais como: a edição da Circular nº 3.068, de 8.11.2001, por parte do Banco Central do Brasil, a qual determinou critérios para classificação e avaliação de títulos e valores mobiliários conforme os preceitos das normas internacionais; a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no ano de 2005, com o objetivo de emitir pronunciamentos técnicos voltados ao processo de convergência aos padrões internacionais; a edição da Instrução da Comissão dos Valores Mobiliários - CVM - nº 457/2007, a qual determinou que a partir do exercício findo em 2010, as companhias abertas deveriam apresentar suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o padrão do IASB; e o advento da Lei 1.638/97, que alterou os dispositivos referentes ao processo de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Segundo Lima (2010), os objetivos principais do alinhamento da contabilidade nacional com os padrões internacionais envolvem o seguinte: a desvinculação da contabilidade societária dos aspectos tributários e com foco nos interesses dos usuários externos; que a normatização não seja fundamentada pelos órgãos governamentais, mas por organismos cujos integrantes sejam os produtores das informações contábeis; que as normas contábeis convergiam com as normas internacionais especialmente às do IASB, a fim de que as demonstrações financeiras sejam entendidas em outros países; aumento da transparência e confiabilidade das informações financeiras; estímulo a novos investimentos, e por último, o aumento da eficiência na elaboração das Demonstrações Contábeis.

A convergência contábil trouxe consigo um sistema baseado em princípios e não em regras, o que vem exigindo do novo profissional contábil mais julgamento e discricionariedade. Segundo Iudícibus e Lisboa (2007) a harmonização proporcionou uma importante alteração no cotidiano dos profissionais de contabilidade, que antes apenas aplicavam e obedeciam às normas contábeis locais, o que limitava o pensar. A partir da harmonização, os profissionais passaram a ter que atender e entender práticas de naturezas mais subjetivas, tendo que interpretá-las. O pressuposto, apontado por Dantas et.al (2010) é que normas baseadas em princípios não ensinam como fazer, mas como decidir sobre o que precisa ser feito e oferecem diretrizes para o julgamento profissional de cada evento econômico. Lopes, Galdi, Lima (2009) afirmam que num ambiente normativo baseado em princípios, o ciclo contábil é realizado tendo

como base a **essência econômica, a finalidade e a intenção da operação**, avaliando o valor justo a ser reconhecido.

Carmona, Trombetta (2008) afirmaram que as normas IAS/IFRS baseadas em princípios e as noções relacionadas com a flexibilidade e julgamento exerceram efeito sobre o nível educacional e habilidades profissionais dos contabilistas e auditores. Citaram como a consolidação de balanços era realizada antes da publicação da *IAS 27 Business Combination*, quando a regra para defini-la baseava-se num percentual específico sobre a participação nas ações da entidade. Com os princípios, independente do percentual de participação das ações, foi necessário recorrer à noção de controle ou influência significativa como princípio denominador que contribuiu para a consolidação integral. Porém para saber se a entidade possuía o controle e se era devido realizar a consolidação integral, era necessário realizar uma análise aprofundada da economia, negócio e essência das relações entre as entidades envolvidas na operação.

Num sistema baseado em princípios, os contadores são obrigados a fazer um número considerável de estimativas, de sua responsabilidade. O papel do contador envolve, além das habilidades técnicas, implicações éticas e legais. Os auditores também devem compreender as normas definidas pelo IAS/IFRS, o que exige um juízo formado sobre a situação empresarial e financeira da empresa. (PEREIRA, 2011).

A consequência disso, conforme Emmanuel, Garrod (2004) foi que a educação contábil devia dar ênfase à compreensão, principalmente no arcabouço teórico para formar os contadores a aplicação dos princípios e dar menos ênfase à memorização de regras.

Em relação ao mercado de trabalho contábil e ao impacto das normas internacionais no cotidiano do profissional contábil do setor público, SOUZA (2012) dedicou-se ao estudo do universo dos Peritos Criminais Federais, que atuam na área contábil-financeira formados em Contabilidade e/ou Economia. Dentre suas conclusões, observou que a maior parte dos respondentes considerou que a adoção das IFRS facilitou o trabalho pericial, apontando como vantagens ou benefícios: incremento na liberdade de julgamentos técnicos, aumento no grau de responsabilização dos gestores, contadores e auditores e maior facilidade na comprovação e materialização de fraudes. O trabalho concluiu também que os Peritos Criminais Federais apesar de fundamentarem seu julgamento profissional dando mais ênfase em aspectos formais que privilegiam a existência de normas de contabilização baseadas em regras, valorizam fortemente os aspectos ligados à essência das transações.

2.2 Taxonomia de Bloom

No ano de 1948, em Boston, liderados por Benjamim Bloom, um grupo de psicólogos decidiu classificar os objetivos educacionais diante de três domínios educativos: o cognitivo, o emocional e o psicomotor. Destes, apenas o primeiro foi efetivado. O domínio cognitivo diz respeito à aprendizagem de conhecimento, que vai da recordação e compreensão do conteúdo estudado até a aplicação, análise e reorganização da aprendizagem. (MONTEIRO, TEIXEIRA, PORTO, 2012)

Segundo tal classificação, conhecida como Taxonomia de Bloom, o conhecimento pode ser dividido em níveis de aquisição, que configuram um processo de conhecimento cumulativo, no qual uma categoria inferior dá o suporte para a categoria superior, como se fossem degraus de uma escada. (SANTANA JUNIOR, PEREIRA, LOPES, 2008). A Taxonomia de Bloom classificou os conhecimentos nos seguintes níveis: 1. Conhecimento; 2. Compreensão; 3. Aplicação; 4. Análise; 5. Síntese; 6. Avaliação.

Rodrigues Júnior (1997) distinguiu as categorias explicitando o significado de cada uma delas. Já Pinheiro, et al (2013), além de conceituar as categorias, atribuíram a elas verbos relacionados a cada nível, observado no quadro 1:

Quadro 1 – Conceituação das seis categorias da Taxonomia de Bloom

Nível	Taxonomia	RODRIGUES JÚNIOR (1997)	PINHEIRO et. al (2013)
1	Conhecimento	O indivíduo deve reproduzir com exatidão a informação que lhe foi dada. Seja um relato, um procedimento, uma fórmula ou teoria.	O indivíduo deve ser hábil em lembrar significativa quantidade de informações e conteúdos previamente abordados. O objetivo principal é trazer à consciência os conhecimentos.
2	Compreensão	Requer elaboração de um dado ou informação original. Não se exige elaboração elevada, e o indivíduo será capaz de usar a informação original, ampliando-a, reduzindo-a, representando-a de outra forma ou prevendo consequências da informação original.	Capacidade de entender o conteúdo. Pode ser demonstrada ao traduzir o conteúdo para uma nova forma (oral, escrita) ou novo contexto.
3	Aplicação	O indivíduo deve ser capaz de transportar uma informação genérica e aplicá-la numa situação nova e específica.	Habilidade de aplicar o conteúdo compreendido em situações concretas.
4	Análise	O indivíduo deve decompor uma informação em elemento e estabelecer relações entre eles. Esse processo pressupõe identificar aspectos centrais de proposição, verificar sua validade e constatar possíveis incongruências lógicas.	Identificar as partes e suas inter-relações. Entender como as partes compõem uma estrutura, analisando o relacionamento entre elas e reconhecendo os princípios organizacionais envolvidos.
5	Síntese	Aqui o indivíduo deve ser reunir elementos da informação original para compor algo novo que terá traços individuais distintos	Habilidade de unir as partes formando um novo todo. Envolve a produção de uma comunicação única, um plano de operações ou um conjunto de relações abstratas.

6	Avaliação	É o processo mais complexo, pois consiste na confrontação da informação com critérios internos ao próprio objeto da avaliação ou externos a ele.	Habilidade de julgar, a partir de critérios bem definidos, o material conhecido. Julgar o valor do conhecimento.
---	-----------	--	--

Fonte: Rodrigues Júnior (1997) e Pinheiro et al (2013)

No quadro 2, observou-se, que para a classificação de uma questão, segundo a Taxonomia de Bloom, devem ser considerados, além do significado de cada habilidade, os verbos como orientadores dessa classificação, conforme PINHEIRO et. al (2013).

Quadro 2 – Verbos orientadores da classificação conforme Taxonomia de Bloom

Nível	Taxonomia	Verbos
1	Conhecimento	Enumerar, definir, escrever, identificar, listar, nomear, combinar, apontar, lembrar, relacionar, reproduzir, solucionar, declarar, rotular, memorizar e reconhecer.
2	Compreensão	Alterar, construir, definir, distinguir, estimar, explicar, generalizar, inferir, prever, reescrever, resolver, discutir, identificar, interpretar, situar e traduzir.
3	Aplicação	Aplicar, alterar, demonstrar, desenvolver, descobrir, ilustrar, modificar, organizar, prever, resolver, usar, construir, esboçar, escrever, operar e praticar.
4	Análise	Analisar, reduzir, determinar, deduzir, diferenciar, identificar, apontar, inferir, relacionar, selecionar, subdividir, examinar, testar, esquematizar e questionar.
5	Síntese	Combinar, compor construir, criar, explicar, formular, organizar, propor, relacionar, revisar, resumir, sistematizar, escrever, desenvolver, estruturar e projetar.
6	Avaliação	Avaliar, comparar, concluir, criticar, decidir, explicar, interpretar, justificar, relatar, resolver, resumir, escrever um <i>review</i> sobre, detectar, julgar e selecionar.

Fonte: Pinheiro et al (2013)

Davidson, Baldwin (2005, apud SANTANA JÚNIOR et. al 2008) afirmaram que a hierarquização entre os dois últimos níveis das categorias do domínio cognitivo da taxonomia de Bloom (síntese e avaliação) não são consenso. Há uma discussão sobre a importância maior entre crítica e criatividade, mas sem dúvida, estes são os mais altos níveis de desenvolvimento intelectual. Esses níveis são essenciais para quem deseja desenvolver habilidades intelectuais com resolução criativa de problemas diversos e complexos, que não se apresentam de forma familiar à pessoa, que por sua vez, deve identificá-los e antecipar-se aos fatos, encontrando as soluções mais adequadas. São considerados os dois mais altos níveis de desenvolvimento intelectual.

2.3 Outros achados relacionados ao tema da pesquisa

Observou-se, diretamente, as pesquisas que envolveram o curso de Ciências Contábeis e Taxonomia de Bloom, trabalhos de Santana Júnior et. al (2008), Pinheiro et.al (2013), Jesus e Lima Filho (2014), Orsi, Santos e Lunkes (2016), e Espírito Santo (2016).

Pinheiro et. al (2013) identificaram, que os níveis de habilidades cognitivas demandados pelo Enade e pelo Exame de Suficiência do CFC foram aderentes ao perfil do Contador estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), na perspectiva da Taxonomia de

Bloom, e verificaram de forma preponderante, que as questões não requereram níveis cognitivos superiores aos avaliados. E, ainda, alertaram para necessidade de exames que explorem análise, senso crítico e criatividade dos profissionais contábeis para uma formação focada em gestão e tomada de decisões, não apenas em técnicas contábeis.

Jesus e Lima Filho (2014) analisaram qual modalidade de ensino propicia ao aluno de Contabilidade um maior nível de aprendizado utilizando os pressupostos da Taxonomia Revisada de Bloom e concluíram que os alunos na modalidade presencial apresentaram melhor rendimento em relação aos alunos da modalidade Educação à Distância - EaD.

Seguindo a análise do ensino a partir da Taxonomia de Bloom Orsi, Santos e Lunkes (2016), verificaram os objetivos educacionais contidos nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de Ciências Contábeis das universidades federais brasileiras e as provas de 2014 e 2015 do exame de suficiências do CFC. Concluíram, que os cursos analisados objetivam capacitar os alunos em níveis superiores ao requerido pelo CFC por meio do exame de suficiência. E, ainda, que devido à baixa taxa de aprovação no exame, existe um *gap* entre os objetivos das universidades pelo discurso do PPC e o baixo nível das questões do exame quando relacionados ao percentual de aprovação.

Por fim, numa análise em disciplinas, Espírito Santo (2016) verificou os objetivos específicos contidos em 18 (dezoito) planos de ensino das disciplinas de contabilidade de custos em cursos de graduação de Ciências Contábeis do Estado de Santa Catarina. Concluiu, que a maior parte dos objetivos estavam concentrados nos três níveis mais simples do processo de aprendizagem e que isso tende a não ser suficiente para atender as necessidades de atuação profissional na área de contabilidade de custos.

3. ABORDAGEM METODOLÓGICA

3.1 Coleta de dados e classificação das questões conforme Taxonomia de Bloom.

A pesquisa verificou, sob a perspectiva da Taxonomia de Bloom, o nível de habilidade cognitiva das questões de contabilidade societária exigidas nas provas de concurso públicos para bacharéis em Ciências Contábeis, entre os anos de 2010 e 2014.

A população foi composta por provas que integraram o processo de seleção de novos servidores públicos, em todo o país, nas três esferas de governo, compreendendo o período de 2010 a 2014 e que exigem formação no curso de Ciências Contábeis.

A coleta de dados foi feita em banco de dados do endereço eletrônico www.pciconcursos.com.br. O critério da coleta foi a escolha da opção de pesquisa provas por cargo, selecionando Ciências Contábeis. Ao todo foram encontradas 79 provas, mas após a verificação dos editais de cada prova, foram selecionadas apenas aquelas que continham tópicos de Contabilidade Societária no conteúdo programático exigido. Foram selecionadas 58 provas de concurso, totalizando 750 questões sobre Contabilidade Societária, distribuídas ao longo do período analisado, da seguinte forma:

Tabela 1 – Quantidade de provas e questões coletadas durante o período 2010-2014

Ano	Quantidade de provas	Quantidade de questões
2010	15	198
2011	04	63
2012	18	206
2013	06	88
2014	15	195
TOTAL	58	750

Fonte: elaboração própria

A amostra foi formada pelas questões que trataram de conteúdo sobre Contabilidade Societária. Para classificar as questões de acordo com tal conteúdo utilizou-se como parâmetro as disciplinas de contabilidade societária da matriz curricular, contidas no projeto pedagógico de curso (PPC) do ano de 2014 do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Goiás (UFG). As ementas dessas disciplinas foram construídas baseadas nas IFRS publicadas até então, de forma que o currículo do curso ficasse aderente ao processo de convergência, ver quadro 3.

Quadro 3 – Disciplinas e ementas que abrangeram o conteúdo de Contabilidade Societária no curso de Ciências Contábeis da UFG

Disciplinas	Ementas
Contabilidade Introdutória I	Aspectos fundamentais da contabilidade. Fatos contábeis e econômicos. Plano de contas. Classificação das contas patrimoniais e de resultado. Método de escrituração contábil. Noções de regime de caixa e competência. Balancete de verificação. Apuração do resultado do exercício. Balanço patrimonial e Demonstração de resultado do exercício.
Contabilidade Introdutória II	Balanço patrimonial. Demonstração do resultado do exercício. Operações com mercadorias. Operações financeiras. Folha de pagamento. Depreciação, amortização e exaustão
Contabilidade Intermediária I	Provisões. Participações no resultado. Debêntures. Constituição e contabilização de reservas. Ajustes de avaliação patrimonial. Avaliação em participações permanentes. Intangíveis. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Contabilidade Intermediária II	Balanço Social. Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa. Elaboração da Demonstração do Valor Adicionado. Demonstrações dos fluxos de fundos.
Contabilidade Avançada I	Consolidação das demonstrações contábeis. Investimentos permanentes. Combinação de Negócios: fusões, cisões e incorporações.

Contabilidade Avançada II	Conversão das demonstrações contábeis em moeda estrangeira. Instrumentos financeiros avançados e contabilização de <i>hedge</i> . Pagamento baseado em ações. Benefícios a empregados
---------------------------	---

Fonte: PPC de Ciências Contábeis, UFG, 2014.

Após o filtro das questões com conteúdo de Contabilidade Societária, foi realizada a classificação de tais questões conforme a Taxonomia de Bloom. Para se definir a habilidade requerida de uma questão à luz da Taxonomia de Bloom, consideraram-se as habilidades definidas e os verbos relacionados como os orientadores da classificação, ver quadro 2.

A classificação proposta por Bloom apresenta limitações, como ponderaram Pinheiro et. al (2013) ao salientarem que a classificação entre as categorias análise – categoria 4 – e compreensão – categoria 2 – não é de fácil diferenciação, pois falta esclarecimento suficiente por parte da teoria da Taxonomia. A compreensão considera o conteúdo material e a análise considera o conteúdo e a forma. Nova dificuldade ocorre entre análise e avaliação, principalmente quando se refere à análise crítica. Dessa forma, a classificação empregada por Pinheiro et al. (2013), não desconsidera o grau de subjetividade no processo de classificação das seis categorias apresentadas.

Traçados os parâmetros para classificação das questões à luz da Taxonomia de Bloom, chegou-se a questões de todos os níveis de habilidade, conforme seguiu no quadro 4:

Quadro 4 – Exemplos de questões selecionadas classificadas à luz da Taxonomia de Bloom

Nível	Questões	Banca/ Edital
Nível 1 – Conhecimento	Questão 31. Assinale a alternativa que apresenta apenas princípios de Contabilidade. (A) Prudência, competência atualização monetária (B) Competência, caixa e conservadorismo (C) Entidade, prudência e materialismo. (D) Oportunidade, competência e princípio pelo valor original. (E) Prudência, fidedignidade e continuidade.	Fundação Universa - Prova para o Cargo de Agente Educacional/ SEPLAG-DF, 2010.
Nível 2 – Compreensão	Com base no disposto na Lei n.º 6.404/1976, alterada pela Lei n.º 11.638/2007, e nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue os itens que se seguem. 1 O valor justo das matérias-primas e dos bens disponíveis em almoxarifado equivale ao valor líquido com que possam ser alienados a terceiros.	CESPE/UNB – Prova para o Cargo de Analista Técnico/ SEBRAE, 2011
Nível 3 – Aplicação	Questão 8. O ativo de uma organização soma \$ 20.000, enquanto o passivo equivale a 50% daquele. Na hipótese de aumento do ativo para \$ 40.000 e um aumento do passivo em 40% em relação ao anterior o patrimônio líquido passará para: (A) 26.000 (B) 16.000 (C) 10.000 (D) 6.000 (E) 30.000	Fundação Bio Rio – Prova para o cargo de Profissional de Ensino Superior – Área Ciências Contábeis/Eletróbrás Amazonas Energia, 2013
	Questão 80. A Cia. Destrócenos S.A. atua no ramo de transporte (terrestre e aéreo) de resíduos sólidos. Diariamente a empresa	

<p>Nível 4 – Análise</p>	<p>realiza a coleta da escórea em diversos locais do Brasil para transporte e depósito no aterro de Gramacho. Por atuar em uma atividade lucrativa, o Balanço Patrimonial da entidade acumula lucros constantemente, conforme demonstra o detalhamento do seu Patrimônio Líquido em base comparativa trimestral:</p>	<p>FEMPERJ- Prova para o cargo de Analista de Controle Externo/TCE-RJ, 2012</p>																																										
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Contas</th> <th>4º trim. 20X1</th> <th>1º trim. 20X2</th> <th>2º trim. 20X2</th> <th>3º trim. 20X2</th> <th>4º trim. 20X2</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>3. Patrimônio Líquido</td> <td>60.000</td> <td>150.000</td> <td>310.000</td> <td>410.000</td> <td>50.000</td> </tr> <tr> <td>3.1 Capital Social</td> <td>30.000</td> <td>30.000</td> <td>30.000</td> <td>30.000</td> <td>50.000</td> </tr> <tr> <td>3.2 Reservas de Capital</td> <td>20.000</td> <td>10.000</td> <td>20.000</td> <td>20.000</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>3.3 Reservas de Lucro</td> <td>10.000</td> <td>5.000</td> <td>10.000</td> <td>15.000</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>3.4 Lucros ou Prejuízos Acumulados</td> <td>-</td> <td>105.000</td> <td>250.000</td> <td>345.000</td> <td>(100.000)</td> </tr> <tr> <td>3.5 Ajustes de Avaliação Patrimonial</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>100.000</td> </tr> </tbody> </table>	Contas	4º trim. 20X1	1º trim. 20X2	2º trim. 20X2	3º trim. 20X2	4º trim. 20X2	3. Patrimônio Líquido	60.000	150.000	310.000	410.000	50.000	3.1 Capital Social	30.000	30.000	30.000	30.000	50.000	3.2 Reservas de Capital	20.000	10.000	20.000	20.000	-	3.3 Reservas de Lucro	10.000	5.000	10.000	15.000	-	3.4 Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	105.000	250.000	345.000	(100.000)	3.5 Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	100.000	
Contas	4º trim. 20X1	1º trim. 20X2	2º trim. 20X2	3º trim. 20X2	4º trim. 20X2																																							
3. Patrimônio Líquido	60.000	150.000	310.000	410.000	50.000																																							
3.1 Capital Social	30.000	30.000	30.000	30.000	50.000																																							
3.2 Reservas de Capital	20.000	10.000	20.000	20.000	-																																							
3.3 Reservas de Lucro	10.000	5.000	10.000	15.000	-																																							
3.4 Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	105.000	250.000	345.000	(100.000)																																							
3.5 Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	100.000																																							
	<p>Entretanto, com o fechamento do aterro de Gramacho, a Cia. Destrócenes SA acumulou prejuízos no 4º trimestre de 20X2. Isso porque suas atividades operacionais foram suspensas naquele período até que consiga autorização para entregar os dejetos que coleta no novo aterro sanitário de Seropédica. Uma vala especial já está sendo preparada nesse local para receber o material (que é altamente nocivo à saúde) e no 1º trimestre de 20X3 as operações da Cia Destrócenes SA serão retomadas, recuperando sua capacidade de acumular lucros.</p> <p>É possível levantar mais de uma hipótese para explicar a variação nas contas do Patrimônio Líquido da entidade ao longo dos trimestres sob análise. Identifique a alternativa na qual as afirmativas (I), (II) e (III) apresentam, cada qual, a única transação capaz de gerar o efeito explicado:</p> <p>A) I) no 4º trimestre de 20X2 houve um aumento de capital social utilizando as reservas desse capital; II) em 31 de dezembro de 20X1 a empresa deu destinação a todo o lucro acumulado, conforme determina a lei societária; III) o prejuízo relativo ao 4º trimestre de 20X2 foi de 480.000;</p> <p>B) I) o saldo da conta “ajustes de avaliação patrimonial” representa uma retificação para a variação da conta “lucros ou prejuízos acumulados”; II) a variação da “lucros ou prejuízos acumulados”, que indicou saldo ao final do 4º trimestre de 20X2, não é permitida lei societária; III) o prejuízo relativo ao 4º trimestre de 20X2 foi de 445.000;</p> <p>C) I) no 4º trimestre de 20X2 houve um aumento de 20.000 no saldo da conta “capital social”; II) O saldo devedor da conta “ajuste de avaliação patrimonial” no 4º trimestre de 20X2 representa um ganho na variação de valor de um ativo; III) o lucro no 3º trimestre de 20X2 foi de 95.000;</p> <p>D) I) o prejuízo relativo ao 3º trimestre de 20X2 foi de 460.000; II) em 31 de dezembro de 20X1 a empresa deu destinação a todo o lucro acumulado, conforme determina a lei societária; III) no 3º trimestre de 20X2 houve um aumento de capital social utilizando as reservas de capital;</p> <p>E) I) em 31 de dezembro de 20X1 a empresa deu destinação a todo o lucro acumulado, conforme determina a lei societária; II) no 4º trimestre de 20X2 houve um aumento de 20.000 no saldo da conta “capital social”; III) o saldo da conta “ajuste de avaliação patrimonial” representa um resultado abrangente.</p>																																											

<p>Nível 5 – Síntese</p>	<p>Questão 2 . A Cia. Distribuição apresentava, em 31/12/2008, um Patrimônio Líquido composto por: Capital Social R\$ 200.000,00, Reserva de Capital R\$ 4.000,00, Reserva Legal R\$ 37.000,00, Reserva para Contingência R\$ 20.000,00 e Reserva de Incentivos Fiscais R\$ 10.000,00. Em 2009, a Cia. Distribuição apurou um lucro líquido de R\$ 100.000,00 e constituiu Reserva Legal nos termos definidos pela Lei no 6.404/76 e alterações. As razões que justificavam a constituição da Reserva de Contingência já não existiam mais e o Estatuto da Cia. determinava que 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei no 6.404/76 e alterações deveriam ser distribuídos como dividendos mínimos obrigatórios. Pede-se: a. Discorrer sobre as determinações legais para a constituição da Reserva Legal.</p>	<p>FCC – Prova para o Cargo de Especialista em Administração, Orçamento e Finanças/ Prefeitura de São Paulo, 2010</p>
<p>Nível 6 – Avaliação</p>	<p>Prova discursiva - A Cia. Ceará, uma sociedade anônima de capital aberto não controlada por nenhuma outra, está preparando seus relatórios contábil-financeiros de 31/12/2013. No encerramento do exercício de 2013, a Cia. Ceará mantinha investimentos em outras companhias, conforme descrito a seguir: <u>Cia. Guajiru</u> Em 2013, a Cia. Ceará adquiriu 100% das ações com direito a voto da Cia. Guajiru, com a intenção de vendê-las em 2014. Não há impedimento legal para que a Cia. Ceará exerça seu poder de gerir as políticas operacionais e financeiras da subsidiária. <u>Cia. Quixaba</u> A Cia. Ceará possui 40% de participação na Cia. Quixaba, sua principal fornecedora de matéria-prima. Para que possa receber determinada quantidade desses insumos, a Cia. Ceará estabeleceu um acordo com outros acionistas da Cia. Quixaba, que detêm 25% das ações ordinárias. A Cia. Ceará também realizou um empréstimo para a Cia. Quixaba em 2013, a ser pago mediante cobrança. Caso a Cia. Ceará faça a cobrança imediatamente, a Cia. Quixaba terá sérias dificuldades financeiras. <u>Cia. Uruaú</u> A Cia. Ceará e a Cia. Fortaleza possuem, respectivamente, 60% e 40% das ações ordinárias da Cia. Uruaú. A Cia. Fortaleza possui, também, bônus de subscrição conversíveis em ações ordinárias que, se forem convertidos, aumentarão a participação da Cia. Fortaleza para 60% e reduzirão a participação da Cia. Ceará. A utilização desses bônus não depende da ocorrência de qualquer evento ou de uma data futura. A administração da Cia. Fortaleza afirma que não há intenção de exercer seu direito de converter os bônus em ações. Com base na situação hipotética apresentada, elabore um texto dissertativo em que se esclareça sobre como os investimentos descritos seriam reconhecidos, ou não, nas demonstrações consolidadas da Cia. Ceará referentes ao ano de 2013. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos: < obrigatoriedade de consolidação; [valor: 3,00 pontos] < controle e influência significativa; [valor: 4,00 pontos] < análise da Cia. Guajiru; [valor: 4,00 pontos] < análise da Cia. Quixaba; [valor: 4,00 pontos] < análise da Cia. Uruaú. [valor: 4,00 pontos]</p>	<p>CESPE UNB – Prova para o Cargo de Analista Judiciário/ TJ/CE,2014</p>

Fonte: elaboração própria

Seguindo as conceituações de Rodrigues Júnior (1997) e Pinheiro et al (2013), apresentadas no quadro 1, as questões foram assim classificadas, pelos seguintes motivos: a primeira questão do quadro foi classificada como nível 1, apesar da ausência do verbo *assinalar*

no rol de verbos do nível de conhecimento, o questionamento do exercício cumpriu com o objetivo que propôs, que o candidato seja hábil em lembrar a informação e trazê-la a consciência, reproduzindo com exatidão a informação memorizada; já a segunda questão foi classificada como de nível 2, pois vai além do conhecimento memorizado, situando o conceito e exigindo do candidato capacidade de entender o conteúdo, usando a informação original traduzindo a um contexto simples; a terceira questão apresentada, classificada no nível 3, requereu que o candidato fosse capaz de aplicar uma informação genérica a uma situação específica e concreta. Já a questão seguinte, classificada no nível 4, situou-se ali, pois o verbo testar, presente no rol de verbos de análise listados por Pinheiro et al (2013) é ideal para identificar a situação da questão que pede que o candidato compare hipóteses e verifique a única que se adequaria a situação da demonstração contábil apresentada. A quinta questão apresentada, classificada no nível 5 – síntese, traz o verbo discorrer, que no contexto apresentado, é similar aos verbos *explicar, sistematizar, escrever, desenvolver*, todos presentes na lista de verbos da habilidade de síntese. Além disso, a questão espera que o candidato discorra sobre um determinado assunto, exigindo que ele reúna elementos das informações de seu conhecimento para compor um texto de sua autoria, como exige a conceituação de Rodrigues Júnior (1997). A última questão, classificada como nível 6 – avaliação, pressupõe o acúmulo de todas as demais habilidades de cognição. Trata-se de uma questão que exige a elaboração de um texto que contenha necessariamente aspectos de análise, síntese e julgamento, exigindo o máximo de habilidade do candidato.

3.2 Variáveis, hipóteses da pesquisa e técnicas de análise.

Criou-se a variável faixa salarial para correlacioná-la aos níveis de habilidades cognitivas das questões das provas coletadas, ver tabela 2 e 3.

Tabela 2 – Salários mínimo por ano

Vigência	Valor mensal
01.01.2015	R\$ 788,00
01.01.2014	R\$ 724,00
01.01.2013	R\$ 678,00
01.01.2012	R\$ 622,00
01.03.2011	R\$ 545,00
01.01.2011	R\$ 540,00
01.01.2010	R\$ 510,00

Fonte: Previdência Social (2014)

Para o cálculo da variável faixa salarial dividiu-se a remuneração do cargo, indicada no edital, pelo valor do salário mínimo vigente no ano do concurso. Dessa forma, classificou-se

cada edital na faixa salarial criada de acordo com o histórico de salários mínimos vigentes entre 2010 e 2014, ver tabela 3.

Tabela 3 – Faixas salariais

Faixa	Quantidade de salários mínimos vigentes
1	até 3 salários
2	acima de 3 e abaixo de 6 salários
3	acima de 6 e abaixo de 9 salários
4	acima de 9 e abaixo de 13 salários
5	acima de 13 salários e abaixo de 16 salários
6	acima de 16 salários

Fonte: elaboração própria

E, ainda, utilizou-se na análise dos dados as variáveis esferas de governo: municipal, estadual e federal conforme o órgão de cada esfera que realizou o concurso público; e a variável banca realizadora do concurso.

Por conseguinte, seguindo o raciocínio apresentado para classificação das questões, classificou-se as 750 questões coletadas. Após a divisão quanto às categorias conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, foram utilizadas técnicas de estatística descritiva para: mensurar a proporcionalidade de questões sobre Contabilidade Societária em relação ao total de questões de Contabilidade; observar a frequência das habilidades cognitivas nas questões de Contabilidade Societária; observar a proporção da participação das bancas examinadoras na preparação de provas e questões; analisar as tendências das preferências de habilidades cognitivas das bancas examinadoras. Segundo Fávero et al. (2009), a estatística descritiva permite uma melhor compreensão do comportamento dos dados, pelo uso de tabelas, gráficos e medidas-resumo, pois identifica tendências, variabilidade e valores atípicos.

Além da apresentação descritiva dos dados, baseado na pesquisa de Santana Junior, et al (2008) formulou-se as hipóteses:

I - Há correlação significativa entre os níveis 4, 5 e 6 de habilidades cognitivas de Bloom e as faixas salariais 4, 5 e 6.

II – Há correlação significativa entre os concursos de esfera do governo federal e os níveis 4, 5 e 6 de habilidades cognitivas de Bloom.

III – Há correlação significativa entre a banca realizadora do concurso e os níveis 4, 5 e 6 de habilidades cognitivas de Bloom.

Para o teste das hipóteses, foi utilizada a correlação de *Spearman* para tentar identificar associações entre os níveis da Taxonomia de Bloom e as variáveis: faixa salarial, esfera de

governo e banca examinadora. Segundo Siegel (1975) o coeficiente de Correlação de Spearman, conhecido por “rho”, é uma medida que exige que as variáveis se apresentem em escala de mensuração ordinal, em que os elementos apresentem séries ordenadas. Pelo coeficiente, verifica-se que para aumentos positivos da correlação, aumentos no valor de X correspondem a aumentos no valor de Y, e para coeficientes negativos ocorre o oposto.

4. DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

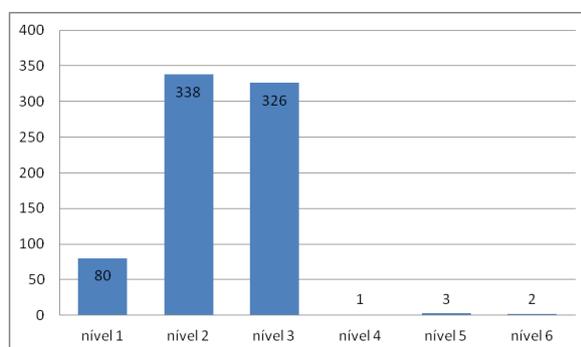
4.1 Discussão e análise descritiva dos dados

Após a coleta de 58 provas, entre os anos de 2010 e 2014, que exigiram do candidato a formação em Ciências Contábeis, foram analisadas 2.016 questões de provas com conteúdo de contabilidade, dentre as quais 750 questões abrangeram conteúdo de Contabilidade Societária, que representou proporção de 37% e 63% de outros conteúdos de contabilidade.

Considerando que os outros conteúdos abrangeram Contabilidade Pública, Auditoria, Análise das Demonstrações Contábeis, Contabilidade Tributária e Contabilidade de Custos, pode-se dizer que foi significativa a participação do conteúdo sobre Contabilidade Societária nas provas analisadas, demonstrando sua relevância no processo de seleção para a os cargos da Administração Pública que exigem formação em Ciências Contábeis.

Dentre as 750 questões cujos conteúdos abrangeram o conhecimento sobre Contabilidade Societária, obteve-se a frequência das questões quanto aos níveis de cognição, conforme pode ser visto no gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 – Distribuição da frequência das questões em níveis de habilidade da Taxonomia de Bloom



Fonte: elaboração própria

A maioria das questões foram classificadas como nível 2 – compreensão (338), seguidas pelas questões de aplicação (326) e conhecimento (80). As questões dos três maiores níveis de cognição segundo a Taxonomia de Bloom – análise, síntese e avaliação, juntas somaram apenas

6 questões, demonstrando que os maiores níveis de cognição foram pouco exigidos nos exames de seleção.

Em relação às bancas examinadoras, o CESPE/UNB foi responsável pela elaboração da maioria das provas (12), sendo seguida pela FCC (8), CESGRANRIO e VUNESP (4) e FGV, FUNDEP e UNIVERSA (3). As demais bancas foram responsáveis por duas ou apenas uma prova. A banca examinadora mais contratada pelos órgãos públicos, CESPE/UNB, possui uma particularidade na metodologia de suas provas, que consiste no fato de que é a única banca, dentre as analisadas, a formular questões cuja resposta pode ser dada em duas possibilidades: verdadeiro ou falso. Com isso, apresenta maior número de questões, já que as outras bancas oferecerem alternativas de múltipla escolha, contidas em apenas uma questão. Ao analisar as questões sobre Contabilidade Societária de cada prova, obteve-se novos resultados de participação na elaboração das questões. As bancas examinadoras CESPE/UNB e FCC continuam liderando as participações, com 32,3% e 13,3% de todas as questões analisadas 5,9%, contra 7,3% da segunda. As bancas FUNDEP e UNIVERSA, que participaram com três provas cada uma, também tiveram mudança no posicionamento a partir da análise das questões, já que a UNIVERSA formulou 4,3% das questões analisadas e a FUNDEP 1,7%.

Os níveis cognitivos exigidos pelas principais bancas examinadoras foram distribuídos conforme demonstrado na tabela 4:

Tabela 4 – Frequência de habilidades requeridas pelas principais bancas examinadoras

Banca	Taxonomia					
	Conhecimento	Compreensão	Aplicação	Análise	Síntese	Avaliação
CESGRANRIO	13	12	19	0	0	0
CESPE	15	103	123	0	0	1
FCC	6	37	40	0	1	1
FGV	0	16	39	0	0	0
FUNDEP	0	9	3	0	0	0
UNIVERSA	2	19	11	0	0	0
VUNESP	8	22	25	0	0	0

Fonte: elaboração própria

Percebeu-se maior frequência na elaboração das questões pelas bancas examinadoras em relação às habilidades requeridas aos candidatos. A maioria prioriza questões que exigem compreensão e aplicação, níveis 2 e 3 respectivamente, como ocorreu com as bancas CESPE, FCC, FGV, FUNDEP, UNIVERSA E VUNESP, e dentre estas se destacaram FGV e FUNDEP que somente elaboraram questões desse tipo. A banca examinadora CESGRANRIO foi a que mais explorou questões que requeriam habilidade de conhecimento, nível 1, mas foi a que melhor distribuiu proporcionalmente as questões dentre os três primeiros níveis da taxonomia. Sobre os níveis mais altos da taxonomia, análise, síntese e avaliação, das principais bancas,

somente FCC e CESPE elaboraram questões que atingiram esses níveis, quando suas provas apresentaram questões discursivas com conteúdo de Contabilidade Societária.

4.2 Discussão e testes das hipóteses da pesquisa

No teste da hipótese I, ver tabela 5, há correlação significativa entre os níveis 4, 5 e 6 de habilidades cognitivas de Bloom e as faixas salariais 4, 5 e 6, houve correlação positiva significativa entre os níveis de habilidades cognitivas 4, 5 e a remuneração da faixa salarial 5 (entre 13 e 16 salários mínimos), apenas.

Tabela 5 – Cálculo de coeficiente de correlação de *Spearman* entre os níveis da Taxonomia de Bloom e a variável faixa salarial

Nível da taxonomia	Faixa 1		Faixa 2		Faixa 3		Faixa 4		Faixa 5		Faixa 6	
	Coefi c.	Sig.	Coefi c.	Sig.	Coefic.	Sig.	Coefi c.	Sig.	Coefic.	Sig.	Coefic.	Sig.
TAX1	-,18	,630	,067	,068	0,17	,646	0,22	,540	-,121**	,001	-0,19	,613
TAX2	-,41	,265	-,053	,145	,114**	,002	-,008	,836	-,059	,105	,112**	,002
TAX3	,055	,191	,048	,191	-,149**	,000	-,004	,912	,106**	,004	-,103**	,005
TAX4	-,016	,668	-,028	,444	-,019	,612	-,015	,687	,104**	,004	-,005	,887
TAX5	-,027	,897	-,005	,897	-,032	,378	-,026	,484	,113**	,002	-,009	,805
TAX6	-,022	,702	,014	,702	-,026	,472	,054	,142	-,018	,620	-,007	,840

** Correlação significante ao nível 0.01 (2-tailed).

* Correlação significante ao nível 0.05 (2-tailed).

Fonte: Dados da pesquisa

Logo, não se confirmou no que se acreditava, que se o cargo exigisse um maior nível de habilidade cognitiva no desempenho de sua função maior seria sua remuneração. E ainda, devido a correlação positiva da faixa salarial 5 e o nível 3 e da faixa salarial 6 e o nível 2 de habilidade cognitiva, indicaram que não há uma lógica na preparação das questões em relação ao desempenho da função. Dessa forma, os cargos de maior remuneração tenderam a não exigir adequadamente, os níveis de análise, síntese e avaliação nas questões analisadas.

Tabela 6 – Cálculo de coeficiente de correlação de *Spearman* entre os níveis da Taxonomia de Bloom e a esfera de governo

Nível da taxonomia	Municipal		Estadual		Federal	
	Coeficiente	Sig. (2-tailed)	Coeficiente	Sig. (2-tailed)	Coeficiente	Sig. (2-tailed)
TAX1	0,135**	0,000	-0,118**	0,001	-0,020	0,577
TAX2	-0,014	0,700	0,018	0,626	-0,010	0,777
TAX3	-0,034	0,349	0,022	0,548	0,022	0,539
TAX4	-0,017	0,634	0,019	0,594	-0,007	0,847
TAX5	0,024	0,509	-0,017	0,640	-0,012	0,738
TAX6	0,042	0,252	-0,035	0,342	-0,010	0,785

** Correlação significante ao nível 0.01 (2-tailed).

*. Correlação significativa ao nível 0.05 (2-tailed).

Fonte: Dados da pesquisa

No teste da hipótese II, há correlação significativa entre os concursos de esfera do governo federal e os maiores níveis de habilidade cognitiva de Bloom, não se rejeitou a hipótese nula, pois não houve correlação positiva entre os maiores níveis de habilidade cognitiva e a seleção para os concursos na esfera de governo federal. Os resultados corroboram com os achados de Santana Junior et al (2008), pois verificaram que os níveis de análise, síntese e avaliação (4, 5 e 6, respectivamente) foram exigidos em menos de 20% das questões analisadas nas provas de concurso público federal para o cargo de contador. Observou-se, ainda, nenhuma correlação positiva entre os níveis 5 e 6 e nas questões de concursos para as três esferas de governo. Achado esse, também, corroborado ao de Santana Junior et al (2008), que encontraram 0,84% das questões foram adequadamente exigidas com os dois últimos níveis de Bloom.

Tabela 7 – Cálculo de coeficiente de correlação de *Spearman* entre os níveis da Taxonomia de Bloom e a banca realizadora do concurso

Nível da taxonomia	Banca realizadora	
	Coeficiente	Sig. (2-tailed)
TAX1	0,084*	0,022
TAX2	0,117**	0,001
TAX3	-0,69	0,059
TAX4	0,007	0,840
TAX5	-0,033	0,362
TAX6	0,040	0,275

** . Correlação significativa ao nível 0.01 (2-tailed).

*. Correlação significativa ao nível 0.05 (2-tailed).

Fonte: Dados da pesquisa

No teste da hipótese III, há correlação significativa entre a banca realizadora do concurso e os níveis 4, 5 e 6 de habilidades cognitivas de Bloom, não se rejeitou a hipótese nula, pois houve correlação significativa entre as bancas realizadoras dos concursos e os níveis 1 e 2, que foi verificado na tabela 2, frequência de questões nesses níveis. Logo, inferiu-se que as bancas tendem, independente da habilidade cognitiva requerida no desempenho das funções dos cargos, não elaborar questões que exijam os níveis de habilidade cognitiva de conhecimento e compreensão.

5. CONCLUSÃO

Para alcançar o objetivo do trabalho, pesquisou-se entre as provas de concurso público realizadas no Brasil, entre os anos de 2010 a 2014, que exigiram a formação em Ciências

Contábeis para o ingresso na Administração Pública, em todos os entes da federação. Foram encontradas a princípio 79 provas e este número foi reduzido a 58, pois apenas estas possuíam o tema Contabilidade Societária em seu conteúdo programático exigido. Dessas provas, foram coletadas 2.016 questões e destas, formou-se a amostra do estudo com 750 questões. Todas as questões foram classificadas à luz da Taxonomia de Bloom, dividindo-as em cinco níveis de domínio cognitivo, a saber: conhecimento, compreensão, aplicação, síntese, análise e avaliação.

Concluiu-se, que 37% das questões de concurso abordam o tema de Contabilidade Societária e que estas questões na maioria das vezes, estão enquadradas nos níveis 2 e 3 da Taxonomia de Bloom, compreensão e aplicação, respectivamente e que estas somadas, correspondem a 88,5% do total das questões. Apesar da literatura apontar com a convergência contábil as normas internacionais o nível de julgamento das operações como análise e avaliação fossem maiores, e os editais de concurso público na descrição das funções do cargos exigirem os níveis de síntese, análise e avaliação (níveis 4, 5 e 6, respectivamente) não foi percebido tal exigência na questões da amostra analisada.

Além disso, foi constatado que as bancas que mais participaram na elaboração de provas e questões que exigem a formação de Ciências Contábeis foram as seguintes: CESPE UNB, FCC, CESGRANRIO, VUNESP, FGV, FUNDEP e UNIVERSA. Dessas, a maioria prioriza questões que exigem compreensão e aplicação, e dentre estas FGV e FUNDEP somente elaboraram questões desse tipo, excluindo as quatro demais habilidades. Percebeu-se, que a banca examinadora CESGRANRIO foi a que mais explorou questões que requereram habilidade de conhecimento – nível 1.

Por fim, concluiu-se, que os concursos para contador com maior remuneração tenderam, na elaboração de questões de contabilidade societária, não contemplar a exigência dos níveis de habilidade cognitiva de análise, síntese e avaliação de Bloom. Os concursos para as três esferas de governo, também tenderam a não exigir os três últimos níveis de habilidades cognitivas de Bloom. Ressaltou-se, ainda, que as bancas realizadoras de concursos tendem a não elaborar questões com os três últimos níveis de habilidades cognitivas.

Admitiu-se como limitações da pesquisa: a subjetividade na utilização das categorias da Taxonomia de Bloom para classificação do conteúdo das questões, conforme apontado por Pinheiro et al (2013); e a seleção realizada por editais que exigiam o título de bacharel em Ciências Contábeis, a despeito de outros cargos, por exemplo, de auditores fiscais e da Receita Federal que exigem titulação em nível superior em qualquer área de conhecimento, dentre

outros. Concursos esses, que possuem maior faixa salarial e maior concorrência entre os candidatos.

Sugere-se para pesquisas futuras realizar análise das questões de acordo com a Taxonomia de Bloom com editais que exijam conteúdos de contabilidade independente da titulação exigida, a fim de se verificar se o cargo e a faixa salarial influência na complexidade das provas e exigindo maior habilidade de conhecimento dos candidatos.

REFERÊNCIAS

BRANDALISE, C. A classe média se rende ao emprego público. **Revista Isto É Independente**, São Paulo, 25 abr. 2014. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/359704_A+CLASSE+MEDIA+SE+RENDE+AO+EM+PREGO+PUBLICO>. Acesso em: 05 mai.2014.

BRASIL. Edital n.º 1, 16 de novembro de 2012. Concurso público para provimento de cargos vagos de analista judiciário e de técnico judiciário e formação de cadastro de reserva. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. CESPE/UNB, 2012.

_____. Edital n.º 1, DE 9 de agosto de 2012. Concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro reserva no cargo de auditor de controle externo. Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. CESPE/UNB, 2012.

CAMBRAIA, D.; PANKE M. T.; NOBRE, L. 2013, o ano do concurso público no Brasil. **Revista Congresso em Foco**. Brasília, 05 abr.2013. Disponível em <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/os-concursos-mais-cobicados-de-2013/>. Acesso em: 05 mai 2014.

CARMONA, S.; TROMBETTA, M. On the global acceptance of IAS/IFRS accounting standards: The logic and implications of the principles based system. **Journal of Accounting and Public Policy**, v.27, n. 6, p. 455-461, 2008.

DANTAS, J. A et al. Normatização contábil baseada em princípios ou em regras? Benefícios, custos, oportunidades e risco. **Revista de Contabilidade e Organizações**. V. 4, n. 9, p. 3-29, 2010.

DISTRITO FEDERAL. Edital n.º 01 de 26 de janeiro de 2010. Concurso público para provimento de vagas da carreira pública de assistência social do distrito federal cargos de nível superior. Secretaria de Estado de justiça, direitos humanos e cidadania do distrito federal. DODF, 27 de janeiro de 2010.

EMMANUEL, C.; GARROD, N. Rules versus judgement based accounting disclosure in the UK. **Journal of Accounting and Public Policy**. v. 23, n. 6, p. 441-455, 2004.

ESPIRÍTO SANTO, S. P. do. Uma análise da tendência de categorização dos objetivos específicos em contabilidade de custos à luz da Taxonomia de objetivos educacionais. In: XXIII Congresso Brasileiro de Custos, Porto de Galinhas, 2016. **Anais...** Porto de Galinhas, 2016.

FÁVERO, L. P. et al. Análise de dados – Modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FERREIRA, T. B. et al. Processo de convergência contábil: perspectivas e desafios enfrentados pelos profissionais de contabilidade no estado de Pernambuco. **Registro Contábil**, v. 4, n. 1, p. 108-126, 2013.

FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA JUNIOR, J. A. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, v. 18, n. 1, 2010.

FONTOURA, D. S. **Mercado de trabalho no setor público**: um olhar sobre uma unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil. 2010. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FORBECI, M. S. Os motivos que levam os alunos a escolher o curso de Ciências Contábeis. 2012. **Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de Santa Catarina**, Curso de Ciência Contábeis.

GUIMARÃES, L. M. et al. O profissional contábil diante da convergência das normas contábeis: análise da preparação desse profissional nos processos organizacionais. **VIII SEGET-Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2011.

IUDÍCIBUS, S. de. Contabilidade: entre umas e outras. **Revista de Informação Contábil**, v. 1, n. 1, p. 1-6, 2007.

JESUS, D. A. N.; LIMA FILHO, R. N. Nível de aprendizagem no ensino de contabilidade: um modelo de diagnóstico a partir da Taxonomia revisada de Bloom. **Revista de Administração e Contabilidade da FAT**, v. 5, n. 3, p. 77-99, 2014.

KOIKE, B.; KOMATSU, A.; DE MOURA, P. Mercado de concurso público atrai novos investimentos. **Valor Econômico**, São Paulo, 22 dez.2009. Disponível em <<http://www.valor.com.br/arquivo/800669/mercado-de-concurso-publico-atrai-novos-investimentos>>. Acesso em: 20 abr.2014.

LIMA, J. B. N. de. **A relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

LOPES, A.; GALDI, F. C.; LIMA, I. S. **Manual de Contabilidade e Tributação de Instrumentos Financeiros e Derivativos**. São Paulo: Atlas, 2009

MONTEIRO, I. G.; TEIXEIRA, K. R. M.; PORTO, R. G. Os níveis cognitivos da Taxonomia de Bloom: existe necessariamente uma subordinação hierárquica entre eles? In: XXXVI Encontro da ANPAD, 2012, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro, 2012.

ORSI, D.; SANTOS, E. A. dos; LUNKES, R. J. Objetivos educacionais dos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais brasileiras: Um estudo sob a perspectiva da Taxonomia de Bloom. In: 1º Congresso de Contabilidade da UFRGS, 2016, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2016.

PCI CONCURSOS. Disponível em: < <http://www.pciconcursos.com.br/>>. Acesso em 20 abr.2014.

PEREIRA, E. M. Avaliação do nível dos discentes sobre normas contábeis internacionais face ao processo de convergência do IASB – Uma análise nas instituições de ensino do Distrito Federal. 2011. 96p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis - Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós Graduação em Ciências Contábeis) Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

PINHEIRO, F. M. G. et al. O perfil do contador e os níveis de habilidades cognitivas nos exames Enade e suficiência do CFC: uma análise sob a perspectiva da taxonomia de Bloom. **Contextus-Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 11, n. 1, p. 50, 2013.

PRETTO, A. O perfil do profissional contábil do século XXI e sua adaptação às IFRS. 2011.**Trabalho de Conclusão de Curso, Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Curso de Ciências Contábeis.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. Histórico do valor do salário mínimo e teto para contribuição. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/informacoes-gerais/historico-valor-salario-minimo-teto-contribuicao/>. Acesso em: abril de 2014.

RÊGO, T. F.; ANDRADE, E. R. G. Perfil e campo de atuação profissional dos egressos do curso de ciências contábeis da UFRN. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 2. n. 2, p. 1 – 17, jul./dez. 2010.

RODRIGUES JÚNIOR, J. F. **A taxonomia de objetivos educacionais: um manual para o usuário**. 2. ed. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1997.

SANTANA JUNIOR, J. J. B.; PEREIRA, D. M. V. G.; LOPES, J. E. G. Análise das habilidades cognitivas requeridas dos candidatos ao cargo de contador na Administração Pública Federal, utilizando-se indicadores fundamentados na visão da Taxonomia de Bloom. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 19, n. 46, Abril, 2008.

SANTOS, L. P. G. et al. Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 22, n. 56, p. 174-188, 2011.

SCHMIDT, P. et al. Perfil dos alunos do curso de ciências contábeis de instituições de ensino do sul do Brasil. **ConTexto**, v. 12, n. 21, p. 87-104, 2012.

SHIMAMOTO, L. S.; REIS, L. G. dos. Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade: uma análise sob a perspectiva dos profissionais contabilistas. **Revista de Estudos Contábeis**, v. 1, n. 1, p. 90-105, 2010.

SIEGEL, S. **Estatística não-paramétrica: para as ciências do comportamento**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975. 350 p.

SOUZA, A. J. Normas Internacionais de Contabilidade: percepções dos Peritos Criminais Federais sobre os impactos de sua adoção na atividade de perícia oficial realizada em fraudes contábeis no Brasil. 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado em Administração pública), FGV, Rio de Janeiro, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Resolução nº 807 de dezembro de 2006 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Fixa o currículo pleno do curso de Graduação em Ciências Contábeis - Bacharelado. Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis. Goiânia, 2006.